



BUSINESS & HUMAN RIGHTS+



<https://multimedia.europari.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

www.cddmoz.org

Sexta-feira, 26 de Maio de 2026 | Ano VI, n.º 63 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Extremistas violentos exploram o caos no sector mineiro para sustentar a violência armada em Cabo Delgado

- As incursões mais recentes dos grupos armados apontam para uma reinvenção das suas formas de actuação e organização. A violência extremista deixou de depender apenas da ocupação territorial, de ataques directos e da intimidação das comunidades, passando também a explorar economias locais frágeis para garantir recursos, mobilidade e capacidade de actuação. Num contexto marcado pela fraca presença do Estado, fiscalização limitada e expansão da mineração artesanal e ilegal, o sector mineiro está, de forma crescente, a se consolidar como um espaço vulnerável à extorsão, ao saque e à apropriação económica por actores armados.



Créditos: DW

Que inicialmente parecia constituir episódios isolados tem vindo a assumir contornos de um padrão mais amplo de adaptação económica dos grupos insurgentes. Além do crescente número de casos reportados, análises independentes confirmam esta tendência, ao indicar que os extremistas violentos têm intensificado a sua presença em áreas de mineração artesanal, ao mesmo tempo que diversificam as suas fontes de financiamento por meio de extorsão, sequestros para resgate

e controlo indirecto de actividades económicas locais (Bofin, 2026).

Distritos como Meluco, Montepuez e Ancuabe, onde o garimpo emprega milhares de pessoas e opera em grande medida fora da regulação do Estado, têm merecido cada vez mais atenção dos grupos armados. Este padrão sugere não apenas incursões ocasionais, mas tentativas de inserção contínua em circuitos económicos locais, através de interações com mineradores, exigência de pagamentos e acesso a recursos minerais.

Mineração como fonte de financiamento da insurgência

Não é necessário recuar muito no tempo para encontrar registos que suportam a ideia de que a mineração artesanal está a tornar-se uma dimensão relevante da economia da guerra em Cabo Delgado. Só em 2026, há registo de pelo menos três episódios directamente associados a zonas de mineração artesanal.

- **Muaja, distrito de Ancuabe** (Março de 2026): elementos ligados ao extremismo violento aproximaram-se de uma mina artesanal de ouro, levando os mineiros a abandonar o local (ACLEDD, 2026a).
- **Ravia e Muaja** (Abril de 2026): cerca de uma centena de combatentes ocupou dois locais de mineração artesanal de ouro no sul de Cabo Delgado. Em Muaja, cerca de 80 mineiros terão sido capturados e mantidos como reféns, mediante exigência de resgate de 50 mil meticais por pessoa (ACLEDD, 2026b).
- **N'naua, distrito de Ancuabe** (Junho de 2026): numa zona associada à mineração informal de ouro, houve registo de rapto de pessoas, com relatos de libertação mediante pagamento de 10 mil meticais por pessoa (ACLEDD, 2026c).

O aumento da actividade em torno de minas ocorre também num contexto económico específico. O preço do ouro tem quebrado recordes históricos nos mercados internacionais nos últimos anos (Marmé, 2026), tornando a exploração artesanal mais atractiva e, simultaneamente, mais relevante como fonte poten-

cial de financiamento para actores armados. A combinação entre valorização dos recursos, isolamento geográfico das minas e fraca presença do Estado cria condições favoráveis para a actuação de grupos extremistas, que podem impor pagamentos, aceder a minerais ou estabelecer relações económicas informais com operadores locais.

A apropriação de bens, a retirada de dinheiro aos garimpeiros e a utilização de meios locais para transporte de material indicam uma lógica que vai além da simples intimidação, aproximando-se de práticas de extracção económica observadas noutras áreas de conflito.

De facto, estudos sobre conflitos armados em África demonstram que grupos extremistas e organizações violentas tendem a explorar economias locais para gerar receitas, garantir mobilidade e sustentar as suas operações. No Sahel, na República Democrática do Congo e na República Centro-Africana, actividades ligadas à mineração artesanal, ao comércio informal e ao contrabando têm desempenhado um papel relevante na sustentação económica de actores armados.

Os dados disponíveis sugerem que estes grupos não necessitam de controlar de forma permanente os territórios ou cadeias de produção para beneficiarem economicamente dos recursos naturais, uma vez que lhes basta a capacidade de extorquir, tributar ou interferir em actividades económicas desenvolvidas em contextos de fraca presença do Estado.

A recorrência de incidentes em zonas de garimpo, combinada com dados que apontam para uma crescente exploração económica por parte

dos grupos armados, sugere que a mineração artesanal está a assumir um papel cada vez mais relevante no financiamento do extremismo vio-

lento. De facto, trata-se de uma transformação estrutural na forma como o conflito se sustenta e se reproduz no terreno.

Recursos Naturais, Conflito e Economias de Guerra

A relação entre recursos naturais e conflito armado tem sido amplamente estudada na literatura sobre economia política da violência. Os primeiros debates sobre a denominada *resource curse* procuraram explicar por que razão países ricos em recursos naturais apresentam frequentemente níveis elevados de conflito, corrupção e fragilidade institucional (Auty, 1993; Ross, 2015). Estudos posteriores demonstraram, contudo, que os recursos naturais não produzem violência de forma automática. O factor determinante reside na qualidade das instituições responsáveis pela governação desses recursos e na forma como os seus benefícios são distribuídos entre diferentes grupos sociais (Le Billon, 2001; Collier & Hoeffler, 2004).

Segundo Le Billon (2001), os recursos naturais tendem a tornar-se factores de conflito, quando a sua exploração ocorre em contextos marcados por exclusão política, desigualdade económica e limitada capacidade regulatória do Estado. Nestas circunstâncias, os recursos podem tornar-se objecto de competição entre actores estatais, empresas, comunidades locais e grupos armados. Aliás, a evidência proveniente de diferentes contextos africanos confirma esta tendência.

Na República Democrática do Congo, a ex-

ploração e comercialização de minerais como ouro, coltan e cassiterite foram associadas ao financiamento de grupos armados e à consolidação de estruturas paralelas de autoridade (UN Group of Experts, 2024; Global Witness, 2022). No Sahel, o Instituto de Estudos de Segurança documentou a crescente inserção de grupos extremistas em actividades ligadas à mineração artesanal de ouro, à extorsão e ao controlo de economias ilícitas locais (ISS, 2025). Segundo o ISS, estas actividades constituem actualmente uma das principais fontes de geração de receitas para organizações armadas na região, permitindo-lhes reduzir a dependência de financiamento externo.

A literatura mais recente sugere que grupos armados raramente necessitam de controlar directamente minas ou cadeias produtivas para beneficiarem economicamente dos recursos naturais. Em muitos casos, a estratégia consiste na imposição de pagamentos informais, cobrança de taxas, extorsão de operadores económicos ou controlo de corredores comerciais (Le Billon, 2012; ISS, 2025). Neste caso, o acesso aos fluxos económicos torna-se mais importante do que a posse formal dos recursos.

Mineração Artesanal e Economias de Sobrevivência em Cabo Delgado

A mineração artesanal ocupa actualmente uma posição importante nas economias locais de vários distritos de Cabo Delgado. Embora a atenção nacional e internacional esteja concentrada nos megaprojectos de gás natural da Bacia do Rovuma e na exploração industrial de rubis em Montepuez, milhares de pessoas dependem da exploração artesanal de ouro, turmalinas, rubis e outros minerais para garantir meios básicos de subsistência.

A literatura sobre mineração artesanal em África demonstra que este sector desempenha um papel relevante na absorção de mão-de-obra em

contextos caracterizados por elevados níveis de pobreza, desemprego e limitada capacidade de criação de emprego formal (Hilson & McQuilken, 2014; SAIIA, 2017). Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a mineração artesanal constitui uma das maiores fontes de emprego rural em diversos países africanos, particularmente entre jovens com reduzidas oportunidades de inserção económica formal (ILO, 1999).

Em Cabo Delgado, esta realidade tornou-se ainda mais clara após o início do extremismo violento em Outubro de 2017. O conflito provocou deslocamentos em massa de mais de um milhão de

peças, destruição de actividades económicas tradicionais e interrupção de múltiplos meios de subsistência. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número acumulado de deslocados internos ultrapassou um milhão de pessoas ao longo dos anos mais intensos do conflito, afectando de forma particular os distritos do norte e centro da província (OIM, 2024).

O relatório *Journey to Extremism in Africa* concluiu que os factores económicos desempenham um papel importante nas trajetórias de recrutamento para grupos extremistas. Entre os entrevistados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a falta de oportunidades económicas e a ausência de perspectivas de mobilidade social surgem de forma recorrente como elementos que aumentam a vulnerabilidade ao recrutamento (UNDP, 2023).

Contudo, o relatório alerta que a pobreza, por si só, não explica a adesão a grupos extremistas. O factor mais frequentemente identificado pelos entrevistados foi a percepção de exclusão, injustiça e marginalização por parte das instituições do Estado (UNDP, 2023). Esta conclusão é consistente com outras revisões da literatura sobre radicalização, que destacam a importância de factores estruturais relacionados com governação, confiança institucional e inclusão social (UK Government, 2015).

A província de Cabo Delgado, apesar de albergar alguns dos mais importantes recursos naturais de Moçambique, continua a apresentar indicadores sociais e económicos inferiores à média nacional. Estudos sobre o conflito têm documentado a existência de percepções persistentes de exclusão em relação aos benefícios gerados pelos recursos naturais existentes na região, especialmente entre jovens residentes em comunidades afectadas por projectos extractivos ou localizadas em áreas ricas em recursos minerais (Feijó, 2020; Morier-Genoud, 2020).

A mineração artesanal insere-se nesta realidade, pois, por um lado, constitui uma actividade económica que oferece rendimento imediato a populações com reduzidas alternativas de sobrevivência. Por outro, desenvolve-se em condições marcadas pela informalidade, insegurança jurídica, ausência de protecção social e limitada fiscalização do Estado (SAIIA, 2017).

Assim, se a mineração artesanal constitui uma importante fonte de subsistência para milhares de jovens em contextos afectados pelo conflito, a sua exclusão das políticas de desenvolvimento, formalização e governação dos recursos naturais representa, para além de um problema económico, um risco para os direitos humanos, a estabilidade e a construção de uma paz sustentável em Cabo Delgado.

A Formalização da Mineração Artesanal como Instrumento de Governação, Direitos Humanos e Prevenção de Conflitos

A literatura sobre governação dos recursos naturais demonstra que a capacidade do Estado para regular actividades económicas e assegurar mecanismos legítimos de acesso aos recursos constitui um elemento central da estabilidade política (Le Billon, 2012; Ross, 2015). Quando amplos sectores económicos permanecem fora dos sistemas formais de regulação, aumentam os riscos de captura por redes criminosas, corrupção e actores armados.

Neste sentido, a formalização pode contribuir para melhorar a segurança jurídica dos operadores, reforçar a protecção laboral, reduzir a exploração económica por intermediários, aumentar a transparência das cadeias de comercialização e fortalecer a presença institucional do Estado

em territórios onde predomina a informalidade.

Os acontecimentos registados nos distritos de Ancuabe, Meluco e Montepuez trazem evidências sobre esta vulnerabilidade, uma vez que os ataques contra áreas de mineração artesanal não ocorreram em grandes operações industriais protegidas por dispositivos de segurança robustos. Ocorreram em espaços económicos caracterizados por limitada presença do Estado, reduzida fiscalização e elevada dependência das populações locais em relação à actividade mineira. Esta realidade demonstra que a vulnerabilidade é resultado da combinação entre a presença da insurgência e as fragilidades institucionais que persistem nestes territórios.

Do ponto de vista dos Princípios Orientado-

res das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a formalização da mineração artesanal apresenta potencial para reduzir riscos de violação dos direitos humanos. A criação de mecanismos formais de licenciamento, monitoria, organização associativa e acesso a mercados pode contribuir para melhorar as condições de trabalho, reduzir situações de exploração económica e reforçar a capacidade das comunidades para participar de forma mais efectiva nos processos de governação dos recursos naturais.

Contudo, experiências internacionais demonstram que processos de formalização mal concebidos podem gerar novos conflitos, quando excluem operadores locais, aumentam barreiras de entrada ou favorecem actores economicamente mais poderosos em detrimento das comunidades que dependem da actividade (Hilson & McQuilken, 2014). Consequentemente, qualquer estratégia de formalização em Cabo Delgado deverá ser acompanhada por mecanismos de participação comunitária, inclusão juvenil, acesso a financiamento, assistência técnica e protecção dos meios de subsistência existentes.

Conclusão

Os ataques registados em áreas de mineração artesanal em Cabo Delgado demonstram que o conflito continua a adaptar-se às transformações do contexto político, militar e económico da província. A crescente incidência de incidentes em zonas de garimpo sugere que actividades económicas informais estão a adquirir relevância crescente nas dinâmicas locais de insegurança e vulnerabilidade.

As evidências não permitem concluir que a mineração artesanal constitua uma fonte estruturada de financiamento da insurgência. Contudo, demonstram que estas actividades se desenvolvem em espaços expostos à extorsão, ao saque e à interferência de actores armados. Demonstram igualmente que a persistência de economias informais pouco reguladas continua a criar oportunidades para a exploração económica em contextos afectados por conflito.

A literatura internacional sobre recursos naturais, economias de guerra e extremismo violento sugere que estas dinâmicas não devem ser analisadas apenas sob uma perspectiva securitária. A vulnerabilidade das áreas de mineração artesanal

Esta questão é importante num contexto em que a reconstrução de Cabo Delgado tem sido associada ao retorno dos grandes investimentos extractivos e à recuperação da actividade económica formal. Embora estes investimentos sejam fundamentais para o crescimento económico da província, a estabilidade de longo prazo dependerá igualmente da capacidade de integrar as economias locais que sustentam uma parte significativa da população.

A experiência internacional demonstra que a paz sustentável raramente resulta apenas da contenção militar de grupos armados. Ela depende também da capacidade de construir instituições legítimas, ampliar oportunidades económicas e fortalecer a confiança das populações nas estruturas de governação. Em Cabo Delgado, a mineração artesanal situa-se precisamente nesta intersecção entre economia, governação e segurança.

Por esta razão, a questão mais importante é como transformar actividades económicas actualmente marcadas pela informalidade e vulnerabilidade em instrumentos de inclusão, desenvolvimento local e resiliência comunitária.

está relacionada, de forma íntima, com factores estruturais mais amplos, incluindo pobreza, desemprego juvenil, exclusão económica, fragilidade institucional e limitada presença do Estado.

Neste contexto, a mineração artesanal emerge como um tema central para a agenda de Empresas e Direitos Humanos em Moçambique. Não apenas porque envolve questões de trabalho, segurança e acesso a meios de subsistência, mas porque representa um dos espaços onde se cruzam os principais desafios de Cabo Delgado, tais como: recursos naturais, juventude, conflito, desenvolvimento e governação.

A principal lição dos acontecimentos recentes é que a estabilização da província não dependerá apenas do sucesso das operações militares ou da recuperação dos grandes investimentos extractivos, mas também da capacidade de integrar economias locais de sobrevivência em modelos de desenvolvimento mais inclusivos, regulados e sustentáveis.

A formalização da mineração artesanal deve, por isso, ser encarada como uma prioridade estratégica. Ou seja, não apenas como uma políti-

ca de gestão mineira, mas como uma intervenção de governação capaz de fortalecer direitos humanos, ampliar oportunidades económicas legítimas, reduzir vulnerabilidades associadas ao conflito e contribuir para a construção de uma paz duradoura em Cabo Delgado.

Recomendações

- **Formalizar progressivamente a mineração artesanal em áreas afectadas pelo conflito.** O Governo deve acelerar mecanismos de licenciamento simplificado, assistência técnica e organização associativa dos mineiros artesanais, para reduzir a vulnerabilidade das actividades mineiras à exploração por redes ilícitas e actores armados.
- **Integrar a mineração artesanal nas estratégias de prevenção do extremismo violento.** As políticas de prevenção do extremismo violento devem reconhecer a mineração artesanal como uma importante fonte de subsistência para milhares de jovens e incorporar medidas de inclusão económica, criação de oportunidades e fortalecimento da resiliência comunitária.
- **Reforçar a diligência devida em direitos humanos no sector extractivo.** As empresas que operam em Cabo Delgado devem adoptar mecanismos reforçados de diligência devida em direitos humanos, em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, considerando os riscos associados aos contextos afectados por conflito.
- **Fortalecer a governação local dos recursos naturais.** As autoridades públicas devem reforçar a presença institucional, a fiscalização e os mecanismos de participação comunitária nas áreas de exploração mineira, para promover maior transparência e confiança na gestão dos recursos naturais.
- **Promover oportunidades económicas para a juventude.** Os programas de reconstrução e desenvolvimento de Cabo Delgado devem priorizar o emprego para jovens, a formação profissional e o acesso a meios de subsistência sustentáveis para reduzir factores estruturais de exclusão identificados pela literatura como potenciadores da vulnerabilidade ao recrutamento por grupos armados.
- **Produzir evidência sobre mineração artesanal e conflito.** Existe uma lacuna significativa de conhecimento sobre a relação entre mineração artesanal, economias ilícitas e extremismo violento em Cabo Delgado. Torna-se necessário aprofundar a produção de evidência para apoiar políticas públicas baseadas em dados.

Referências Bibliográficas

- ACLED. (2026a, 10 de março). *Monitor de Conflitos de Moçambique* [PDF]. https://acleddata.com/system/files/2026-03/MCM-10-de-marco-2026-PT_PDF.docx.pdf
- ACLED. (2026b, 3 de maio). *Monitor de Conflitos de Moçambique* [PDF]. <https://acleddata.com/system/files/2026-05/MCM-3-May-2026-PORT.docx.pdf>
- ACLED. (2026c, 17 de junho). *Monitor de Conflitos de Moçambique* [PDF]. https://acleddata.com/system/files/2026-06/MCM-17-June-2026-PT_PDF.docx.pdf
- Auty, R. M. (1993). *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. London: Routledge.
- Bebbington, A., Bebbington, D. H., Bury, J., Langan, J., Muñoz, J. P., & Scurrah, M. (2008). *Mining and Social Movements: Struggles Over Livelihood and Rural Territorial Development in the Andes*. *World Development*, 36(12), 2888–2905.
- Bofin, P. (2026, 22 de janeiro). *Ransom, gold, and spoils of war: Islamic State Mozambique's new cash flow*. Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED). <https://acleddata.com/report/ransom-gold-and-spoils-war-islamic-state-mozambiques-new-cash-flow>
- Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) & Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD). (2022). *Exploração ilegal de recursos minerais e violação de direitos humanos em Cabo Delgado: Estudo de caso de Montepuez e Ancuabe*. Maputo: CESC e CDD. Disponível em: https://cddmoz.org/wp_content/uploads/2020/07/Exploracao_ilegal_de_recursos_minerais_e_violacao_de_Direitos_Humanos_em_Cabo_Delgado
- Collier, P., & Hoeffler, A. (2004). *Greed and Grievance in Civil War*. *Oxford Economic Papers*, 56(4), 563–595.
- Deutsche Welle (DW). (2026). *Supostos terroristas atacam mina de pedras preciosas em Cabo Delgado*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/supostos-terroristas-atacam-mina-de-pedras-preciosas-em-cabo-delgado/a-76968248>
- Diário Económico. (2025). *Terroristas invadem mina de pedras preciosas no distrito de Meluco*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/06/20/oilgas/extractivas/cabo-delgado-terroristas-invadem-mina-de-pedras-preciosas-no-distrito-de-meluco/>
- Emerald Publishing. (s.d.). *Countering Violent Extremism in Africa*. Disponível em: <https://www.emerald.com/books/oa-edited>
- Feijó, J., Souto, A., & Maquenzi, J. (2021). *Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito (Observador Rural n.º 101)*. Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR). Disponível em: [OR #101 – Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito](https://www.observadorrural.org/pt/101-desenvolvimento-socioeconomico-de-cabo-delgado-num-contexto-de-conflito)
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Hilson, G., & McQuilken, J. (2014). *Four Decades of Support for Artisanal and Small-Scale Mining in Sub-Saharan Africa: A Critical Review*. *The Extractive Industries and Society*, 1(1), 104–118.
- ILO – International Labour Organization. (1999). *Social and Labour Issues in Small-Scale Mines*. Geneva: International Labour Organization.
- ISS – Institute for Security Studies. (2025). *Unravelling the Illicit Economies that Sustain Terrorism in the Sahel*. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/unravelling-the-illicit-economies-that-sustain-terrorism-in-the-sahel>
- Keen, D. (2000). *Incentives and Disincentives for Violence*. In M. Berdal & D. Malone (Eds.), *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Le Billon, P. (2001). *The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts*. *Political Geography*, 20(5), 561–584.
- Le Billon, P. (2005). *Fuelling War: Natural Resources and Armed Conflicts*. London: Routledge.
- Le Billon, P. (2012). *Wars of Plunder: Conflicts, Profits and the Politics of Resources*. New York: Columbia University Press.
- Marmé, P. (2026, 29 de janeiro). *Ouro renova máximos históricos e levanta a pergunta: até onde pode*

- ir o preço?* Forbes Portugal. <https://www.forbespt.com/ouro-renova-maximos-historicos-e-levanta-a-pergunta-ate-onde-pode-ir-o-preco/>
- Morier-Genoud, E. (2020). *The Jihadi Insurgency in Mozambique: Origins, Nature and Beginning*. *Journal of Eastern African Studies*, 14(3), 396–412.
- OECD. (2018). *OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- OHCHR – Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2022). *Business, Human Rights and Conflict-Affected Regions: Towards Heightened Human Rights Due Diligence*. Geneva: United Nations.
- Reno, W. (2011). *Warfare in Independent Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ross, M. L. (2015). *What Have We Learned About the Resource Curse?* *Annual Review of Political Science*, 18, 239–259.
- Saiaa – South African Institute of International Affairs. (2017). *Artisanal and Small-Scale Mining in Africa*. Policy Insights No. 44. Disponível em: <https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2017/05/Policy-Insights-44.pdf>
- UK Government. (2015). *Drivers of Radicalisation: Literature Review*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0899d40f0b64974000192/Drivers_of_Radicalisation_Literature_Review.pdf
- UN Working Group on Business and Human Rights. Relatórios temáticos sobre empresas, direitos humanos e contextos afectados por conflito. Geneva: United Nations.
- UNDP – United Nations Development Programme. (2023). *Journey to Extremism in Africa: Pathways to Recruitment and Disengagement*. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content>
- UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. (2025). *Level Up: Gaming and Violent Extremism in Africa*. Disponível em: https://unicri.org/sites/default/files/2025-11/Level%20Up%20%E2%80%93%20Gaming%20and%20Violent%20Extremism%20in%20Africa%202025_0.pdf
- United Nations. (2011). *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework*. New York and Geneva: United Nations.
- Voluntary Principles on Security and Human Rights (VPSHR). Disponível em: <https://www.voluntaryprinciples.org>
- Voz da América (VOA). (2019). *Ataques em Cabo Delgado com novo elemento: garimpeiros ilegais*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/ataques-em-cabo-delgado-com-novo-elemento-garimpeiros-ilegais/4934431.html>
- Voz da América (VOA). (2024). *Cabo Delgado: Garimpo de rubis pode alimentar a insurgência*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/cabo-delgado-garimpo-de-rubis-pode-alimentar-a-insurgencia/7426347.html>



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.


MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

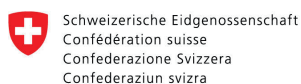
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: Abdul Tavares e Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA